

BIBLIOTECA DE ECONOMIA
Volume nº 4

COORDENADORAS:

Maria da Conceição Tavares
Sulamis Dain

CONSELHO EDITORIAL:

Adroaldo Moura da Silva
Carlos Lessa
Clélio Campolina Diniz
Edmar Bacha
Eduardo Augusto A. Guimarães
Flávio Versiani
Francisco de Oliveira
Luiz Antônio de Oliveira Lima
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

CLÁUDIO NAPOLEONI

SMITH, RICARDO, MARX

Tradução
de
José Fernandes Dias

3ª EDIÇÃO

graaal

Biblioteca de Economia

CAPÍTULO II

OS FISIOCRATAS

1. O objeto da investigação dos fisiocratas é o sistema econômico em seu conjunto, considerado unitariamente como um organismo regido por leis necessárias e, por isso mesmo, cientificamente relevantes. A premissa em que se baseia seu discurso é a afirmação de que existe uma "ordem natural" para a sociedade, à semelhança da ordem que rege a natureza física. Contudo, a analogia não vai muito longe. A ordem na natureza física (e, por certo, Quesnay tinha presente o esquema de circulação sanguínea e, provavelmente, a mecânica newtoniana) constitui uma ordem objetivamente dada, à margem da vontade e das possibilidades de intervenção dos homens, ao passo que a ordem da sociedade, para os fisiocratas, existe em razão dos seres humanos, enquanto estes não criam obstáculos à sua afirmação. Ao contrário do que ocorre no âmbito da natureza física, a sociedade pode encontrar-se distanciada de sua própria "ordem", definida como "natural", apenas no sentido de que, se os homens não

obstacularizarem o livre desenvolvimento das diversas torças que operam na sociedade, a sociedade tenderá a configurar-se segundo um desenho necessário, e passará a funcionar segundo leis que se impõem automaticamente a todos.

Mas, para a fisiocracia, esta não é a única diferença entre a ordem da sociedade e a ordem da natureza física. A ordem da sociedade pode existir ou não existir; isso, aliás, constitui algo de excelente na medida em que a existência da sociedade confere aos seres humanos vantagens às quais não teriam acesso de outra maneira. Logo veremos de que vantagens falam os fisiocratas. Enquanto isso, importa assinalar que essa orientação atribuí ao discurso econômico a característica particular de ser um discurso que não apenas destaca e descreve uma dada situação, mas também julga essa situação na medida em que pode confrontá-la com um paradigma do que se constatou como sendo seu caráter ótimo e que poderia ser alcançado se os homens, errando, não se opusessem.

Sem dúvida alguma, a possibilidade de afirmar uma ordem natural para a sociedade era sugerida aos fisiocratas pela difusão da economia mercantil. A esse respeito é importante assinalar como a fisiocracia identifica em um elemento da natureza econômica — ou seja, a transformação geral dos produtos em mercadorias — a base da constituição da ordem natural: o conjunto dos homens é uma sociedade, isto é, uma unidade regida por leis necessárias apenas na medida em que as atividades econômicas dos homens sejam reduzidas e integradas à unidade através de um processo que somente a troca pode realizar. Estamos, assim, frente a uma orientação que constitui quase que uma antecipação da interpretação marxista da história, embora se trate de uma forma extremamente elementar e uma vez consideradas as diferenças existentes entre uma inspiração essencialmente iluminista e uma inspiração pós-hegeliana.

De uma forma ou de outra, é certo que no terreno da análise econômica a realidade da troca é o ponto de partida da fisiocracia. Como veremos, a representação científica que os fisiocratas concedem à ordem da natureza acha-se referida a uma economia inteiramente mercantil, na qual (como expressou Quesnay em uma citação que nos recorda claramente Smith) "ninguém que vive em sociedade pode prover

a todas as suas necessidades com seu trabalho; porém, obtém o que lhe falta com a venda do produto de seu trabalho”¹, e na qual, para utilizarmos as palavras de Mirabeau, “cada um trabalha para os demais, embora acredite trabalhar apenas para si mesmo”².

Para que se possa explicar o conteúdo que a fisiocracia atribui à ordem natural, deve-se ter presente a imagem do processo econômico sugerida pela estrutura econômica francesa por volta da metade do séc. XVIII. Tratava-se de uma economia ainda predominantemente agrícola, com a propriedade da terra basicamente de caráter senhorial; a condução da atividade agrícola já era de tipo predominantemente capitalista, e contava com a existência de uma bem definida classe de arrendatários capitalistas nas províncias setentrionais, embora se pudesse encontrar o tipo predominantemente camponês nas províncias meridionais. As atividades manufatureiras e comerciais da cidade eram dominadas pelas formas artesanais. Da confrontação entre a agricultura capitalista e a camponesa, obtinha-se a superioridade da agricultura capitalista em termos da capacidade produtiva³, o que sugeria aos fisiocratas a tese de que a direção de tipo capitalista, baseada na responsabilidade e na capacidade empresarial dos arrendatários burgueses, constituía a mais avançada e a mais desejável das formas de direção. Dessa forma, a presença de formas não-capitalistas era considerada como o resíduo de uma era prêtes a ter fim, ou seja, uma característica de uma fase de transição que haveria de desenvolver-se até a generalização da ordem capitalista no campo. Nos esquemas fisiocratas, supõe-se sempre que essa fase de transição acha-se em esgotamento e que o capitalismo haja transformado a totalidade do processo de produção agrícola. O mesmo não

1. A citação se encontra no verbete “Grains” escrito para a *Encyclopédia*. Ver François Quesnay et la *physiocratie*, publicado pelo Institut National d’Etudes Démographiques, Paris, 1958, vol. 2: *Textes annotés*, p. 506. Ver, igualmente, os textos de Quesnay inseridos no final deste volume, p. 145 e 159.
2. *Philosophie rurale*, vol. I, p. 117, Amsterdam, 1964.
3. Segundo os dados apresentados por Quesnay no verbete “Grains”, a agricultura capitalista (*grande culture*), que ocupava 1/6 da superfície cultivada, produzia 1/4 da produção total de cereais. Ver François Quesnay, *op. cit.*, p. 461.

ocorre, nesses esquemas, no que diz respeito às atividades urbanas, para as quais se supõe que a estrutura artesanal constitua uma forma natural de gestão. É bastante singular a atitude da fisiocracia em face das confrontações do capitalismo: por um lado, dá-se conta da grande força de desenvolvimento do capitalismo como forma de gestão do processo produtivo, até o ponto de estendê-la a todos os setores nos quais começara a se afirmar; por outro lado, parece que a estrutura econômica particular, frente à qual se encontra, impede que a fisiocracia perceba que as possibilidades máximas de explicação da ordem capitalista residem precisamente nas atividades manufatureiras.

E, contudo, se se aprofunda a investigação, notar-se-á que essa razão não é suficiente para explicar o limite que a fisiocracia antepõe à extensão da economia capitalista, ainda mais que, embora escassos, os exemplos de gestão capitalista no setor manufatureiro estavam longe de constituir uma ausência, podendo, pois, ter sugerido extensões análogas à sugestão levada a cabo para a atividade agrícola. De fato, existe uma razão mais relevante capaz de explicar a atitude fisiocrata. Para os fisiocratas, a tarefa histórica do capitalismo consiste numa ampliação, por ele tornada possível, do *excedente*; por essa razão, sua presença possui um significado e assume uma importância econômica real somente no âmbito daquelas atividades nas quais se forma o excedente e, a partir daí, tal excedente pode ser ampliado. A tese, caracteristicamente fisiocrata, segundo a qual o excedente ocorre apenas na agricultura é, conseqüentemente, o fundamento de outra tese segundo a qual o capitalismo é uma ordem própria apenas da agricultura. Portanto ao interpretarmos a fisiocracia, torna-se necessário cuidar para que não se invertam as partes entre estas duas teses: não é porque o capitalismo realiza-se apenas na agricultura que a agricultura é a única atividade que produz um excedente, mas é porque o excedente somente existe na agricultura que o capitalismo, como meio para a ampliação do excedente, faz sentido exclusivamente dentro do âmbito da atividade agrícola. Somente através da referência à teoria fisiocrática do excedente pode-se chegar à razão das diversas formas nas quais os fisiocratas pensam que deva ser conduzido o progresso econômico.

2. O excedente, tanto para os fisiocratas como para todos os economistas que aceitaram esta categoria, é aquela parte da riqueza produzida que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo. Sua importância baseia-se no fato de que constitui a base de um consumo superior — e, por essa razão, muito mais variado e rico do que aquele que re-integra simplesmente a energia operativa despendida na produção —, ou, ainda, no fato de que ele é a fonte de uma re-utilização na produção; esta, por sua vez, é colocada em posição de desenvolver-se em uma escala cada vez mais crescente. A aceitação desse conceito implica em três problemas: o de sua avaliação, o de sua origem e o de sua atribuição.

O problema da avaliação acha-se presente nos fisiocratas em sua forma mais primitiva, ou seja, não como avaliação da diferença entre duas grandezas de valor, mas, ao contrário, como avaliação da diferença entre duas grandezas físicas. Em geral, levando-se em consideração que a riqueza produzida e a riqueza empregada na produção acham-se constituídas em cada atividade produtiva por conjuntos de bens diversos, o cálculo da diferença entre essas duas riquezas implicaria em sua prévia redução a grandezas homogêneas mediante a atribuição de um valor a cada um dos bens correspondentes; em geral, a determinação do excedente poderia ser feita somente no âmbito de uma teoria do valor. Contudo, uma teoria do valor é algo inexistente no pensamento fisiocrático; o pensamento fisiocrático pode avaliar o excedente não em sentido geral (isto é, em cada setor) mas, exclusivamente, em um dado setor produtivo, como é o caso da agricultura, na qual *cada um* dos bens empregados no processo produtivo (meios de subsistência dos trabalhadores, alimentação para os animais, sementes) se reencontra em maior quantidade no conjunto dos bens produzidos pelo próprio setor⁴. Assim, como ocorre com os fisiocratas, limitar-

4. Essa condição pode ser verificada igualmente no sistema econômico considerado em seu conjunto, desde que se represente a produção como "processo circular" (Sraffa). É claro que semelhante forma de se referir ao sistema econômico, tomado em seu conjunto, situa-se além do alcance teórico da fisiocracia.

nos-emos a considerar apenas o aspecto físico da produção, e não o aspecto através do qual a produção corresponde a uma criação de valores. Nessa ótica, a atividade produtiva que se desenvolve à margem da agricultura aparece simplesmente como uma transformação de determinados bens em outros bens, ao passo que a atividade produtiva levada a cabo na agricultura se apresenta como um processo que, partindo de determinados objetos, gera uma maior quantidade de objetos da mesma espécie; em consequência, todo o excedente que a economia chega a alcançar pode ser imputado à agricultura. Dito de outra forma: a necessidade de se recorrer aos valores apresentar-se-ia inclusive no âmbito de semelhante orientação, desde que não se limitasse apenas à determinação do excedente, mas, sim, desde que se desejasse passar à sua avaliação quantitativa, à sua mensuração, para tal não se podendo em geral supor que, dentro da agricultura, os mesmos bens entrem na produção nas mesmas proporções em que entram no conjunto de sua utilização. Contudo, como veremos, quando aos fisiocratas se apresenta o problema da mensuração do "produto líquido" (excedente), com o fito de construir seu esquema quantitativo, tal problema é resolvido de forma empírica, aceitando como dados os preços do mercado. Veremos, posteriormente, os problemas aflorados por esse procedimento fisiocrático.

No que diz respeito à origem do excedente, o próprio fato de haver conferido importância a esse fenômeno unicamente na agricultura é o que sugere aos fisiocratas a solução desse problema. Se o excedente surge precisamente naquela atividade em que a terra intervém como elemento determinante do processo produtivo, isso significa que é a própria terra a que se atribui o poder de dar origem a um "produto líquido"; e este poder não pode senão depender da fertilidade natural do solo, e em consequência disso o produto que a terra proporciona supera o necessário para sua re-utilização e para suprir os meios de subsistência dos trabalhadores. Se, utilizando o pensamento dos fisiocratas, definirmos como trabalho produtivo aquele trabalho capaz de produzir um excedente, chegaremos então à conclusão de que o único trabalho produtivo é o trabalho agrícola, e que a produtividade desse trabalho não depende de qualquer característica particular que o diferencie do trabalho que se

realiza em outra parte a não ser pelo fato de que o trabalho agrícola é o único a usufruir a fertilidade natural da terra.

Saltam facilmente aos olhos as limitações de um conceito que atribui unicamente à agricultura a formação do excedente e que, via de conseqüência, considera como produtivo apenas o trabalho agrícola. Contudo, no curso da história do pensamento econômico, a grande importância da postura fisiocrática reside em haver individualizado *no processo produtivo* o lugar de origem do "produto líquido", superando todos os conceitos precedentes que, na medida em que conseguiam distinguir um excedente, buscavam contudo sua origem nela, na esfera da troca, impedindo assim a aquisição de uma noção exata do fenômeno. Em termos rigorosos, o conceito de excedente nasce a partir da fisiocracia; os desenvolvimentos sucessivos, que se realizaram com a escola clássica — especialmente com Smith —, tomarão a teoria fisiocrática como seu ponto natural de partida.

Por fim, no que diz respeito ao problema da atribuição do excedente, o pensamento fisiocrático, (ao menos em Quesnay e em Mirabeau) se caracteriza pela tese de que o "produto líquido" se restringe inteiramente à renda fundiária. Temos aqui outra diferença em face da teoria clássica que se seguiu à teoria fisiocrática: na teoria clássica, o "produto líquido" origina duas formas de renda: a renda fundiária e o lucro. Parece singular, por certo, o fato de que para os fisiocratas a hipótese de uma agricultura capitalista não se faz acompanhar do reconhecimento do lucro como uma das destinações do excedente. No que concerne às atividades manufatureiras, é natural que, para os fisiocratas, cada renda seja considerada como renda de trabalho, e que cada diferença entre a renda percebida pelo mestre artesão e a renda percebida pelo trabalhador seja considerada como uma diferença somente passível de atribuição à natureza diversa do trabalho efetuado e à diferente responsabilidade assumida no processo produtivo; contudo, no que se refere à agricultura, a aceitação da existência do proprietário capitalista deveria abranger o reconhecimento do lucro como renda específica, paga pelo excedente e proporcional ao capital investido. Ao contrário, a renda obtida pelo arrendatário da terra é considerada como uma parte dos gastos de produção e assimilada, conseqüentemente, (levadas em consideração as devidas

diferenças quantitativas), ao salário do trabalhador agrícola. A esse respeito não faria sentido buscar nos fisiocratas uma coerência maior do que a sugerida pelos textos: trata-se de uma deficiência analítica somente superada pelos sucessivos desenvolvimentos da teoria do capitalismo. Será útil recordar que, tanto em Quesnay como em Mirabeau, encontramos referências à circunstância de que os arrendatários capitalistas de terras podem *temporariamente* participar da percepção do "produto líquido" sempre que algum deles consiga, através do desenvolvimento nos métodos de produção, baixar os próprios custos, situando-os a nível inferior ao prevalecente; isso, porém, dá lugar a lucros temporários, na medida em que estão destinados a ser absorvidos pela renda fundiária tão logo venha a ocorrer a primeira renovação do contrato de arrendamento, e, por isso, não podem ser considerados como lucros normais. De forma idêntica, será oportuno levar em conta que Quesnay considera o juro sobre o capital investido; esse juro, contudo, não faz parte do "produto líquido", já que é considerado, essencialmente, como aquela parte do produto total que serve à renovação do capital fixo, para os gastos de manutenção e para a constituição de um fundo destinado a cobrir o risco proveniente de acidentes ou infortúnios eventuais.

3. Esta teoria do excedente constitui a base sobre a qual Quesnay constrói seu esquema de funcionamento do sistema econômico, o famoso *Tableau économique*⁵. Neste esquema, a sociedade acha-se dividida em três classes: a classe "produtiva", constituída pelo conjunto dos arrendatários capitalistas e assalariados que desenvolvem sua atividade no âmbito da agricultura e cujo trabalho é produtivo precisamente no sentido fisiocrático, isto é, como criador do "produto líquido"; a "classe estéril", constituída por todos

5. O *Tableau* teve três edições no período 1758-1759. (Ver François Quesnay, *op. cit.*, vol. 2, pp. 667-682). Foi posteriormente reeditado com ampliações e comentários adicionais por Mirabeau, em colaboração com o próprio Quesnay, na *Philosophie rurale* (1763) e um pouco mais tarde por Quesnay em *Analyse du Tableau économique* (1766) e por outros escritores fisiocratas.

aqueles que exercem sua atividade à margem da agricultura, e cujo trabalho não é produtivo, ou melhor, é "estéril", não porque não seja útil, mas sim porque não produz excedente; e a classe dos proprietários de terras, que não desenvolve qualquer atividade econômica e que possui o direito à percepção dessa renda, ou seja, de todo o "produto líquido". Dessa última classe — que, para sermos breves, passaremos a denominar classe dos proprietários — fazem parte igualmente o rei, com sua corte e o conjunto dos funcionários públicos, e a Igreja. Todos estes percebem uma porção da renda, quer por serem eles mesmos proprietários (como no caso do rei e da Igreja), quer por terem o direito de arrecadar impostos (no que diz respeito ao rei) ou dízimos (no tocante à Igreja).

Suponhamos que, no início de um determinado ano, a classe produtiva reúna junto a si toda a produção agrícola do ano anterior; e, por sua vez, a classe estéril reúna junto a si toda a produção manufatureira do ano precedente. A produção agrícola (por exemplo, 6 trilhões de unidades monetárias) acha-se composta por alimentos (no valor de 3 trilhões) e por matérias-primas (no valor dos restantes 3 trilhões). Suponhamos também que esta produção foi obtida através do emprego de 3 trilhões de *avances annuelles*, ou capital anual em exercício (2 trilhões para a subsistência dos trabalhadores — por sua vez compostas de 1 trilhão de alimentos e 1 trilhão de manufaturas — e 1 trilhão de matérias-primas), e através da utilização de 10 trilhões de *avances primitives*, ou capital fixo, ao qual correspondem 10%, um "juro" anual de 1 trilhão, ao qual correspondem bens produzidos pela agricultura e destinados, como há pouco se afirmou, à renovação e manutenção do capital fixo e à constituição de um fundo contra os riscos. O "produto líquido", como diferença entre os 6 trilhões de produção agrícola e os 4 trilhões de gastos despendidos na produção, é, então, de 2 trilhões. A produção de manufaturas consta de mercadorias no valor de 2 trilhões, supondo-se que essa produção tenha sido obtida através da antecipação de um capital anual de 1 trilhão para matérias-primas e mediante o consumo de 1 trilhão para a subsistência de trabalhadores improdutivos. Supõe-se, além disso, que uma quantidade de moeda, de cerca de 2 trilhões, se encontre inicialmente em mãos da classe produtiva.

O problema do *Tableau* consiste em determinar de que modo a riqueza global, assim inicialmente localizada, é redistribuída entre as três classes de sorte que: (1) seja paga a renda àqueles que têm direito a ela; (2) sejam produzidas as condições — quer junto à classe produtiva, quer junto à classe estéril — para que se possa recomeçar o processo produtivo em escala inalterada.

O primeiro ato desse processo de distribuição reside na transferência de 2 trilhões de moeda da classe produtiva para a classe proprietária como pagamento do aluguel da terra. Os proprietários, de posse dessa quantia, despenderão, antes de mais nada, 1 trilhão para a aquisição de alimentos à classe produtiva; por esse caminho, então, retornará à classe produtiva metade da quantia de moeda existente inicialmente à sua disposição. O restante 1 trilhão será despendido pelos proprietários na aquisição de bens manufaturados, elaborados pela classe estéril; esta, por seu turno, utilizará essa quantia também na aquisição de alimentos à classe produtiva. Destarte, a classe produtiva recebe de volta 1 trilhão de moeda que inicialmente estava em seu poder. Contudo, não o retém, despendendo-o na aquisição, à classe estéril, de manufaturas destinadas à subsistência dos trabalhadores produtivos; a classe estéril, por sua vez, recebendo 1 trilhão em moeda, gasta essa quantia junto à classe produtiva, na aquisição de matéria-prima. Assim, toda a moeda retorna definitivamente à classe produtiva, o que assinala o término do processo de circulação da riqueza entre as classes.

Nesse processo, pois, a classe produtiva pôs em circulação 2 trilhões em alimentos (cedendo 1 trilhão aos proprietários e mais 1 trilhão à classe estéril), bem como 1 trilhão de matérias-primas; destes 3 trilhões de unidades monetárias sob a forma de mercadorias, 2 trilhões correspondem ao aluguel da terra pago aos proprietários, e por isso não apresentam contrapartida para a classe produtiva, ao passo que 1 trilhão é compensado pela aquisição de 1 trilhão de manufaturados à classe estéril. A classe produtiva reteve consigo, retirando-o do próprio produto complexo, 1 trilhão de alimentos (que, juntamente com os manufaturados comprados à classe estéril, constitui o consumo dos trabalhadores produtivos), 1 trilhão de matérias-primas e 1 trilhão de produtos correspondentes ao "juro" sobre o capital fixo. Para

assim fazê-lo, na classe produtiva — havendo sido pago o “juro” (no sentido particular emprestado pelos fisiocratas) sobre o capital fixo e havendo sido reintegrado todo o capital em exercício — acham-se reproduzidas as condições para um novo ciclo produtivo, à mesma escala do ciclo anterior. Por outro lado, a classe estéril cedeu 2 trilhões de bens manufaturados em troca de 1 trilhão de alimentos e 1 trilhão de matérias-primas e, por isso, ela própria também reconstruiu as condições para um novo ciclo produtivo em idêntica escala. Finalmente, a classe proprietária, tendo recebido 1 trilhão de alimentos da classe produtiva e estando em condições de adquirir 1 trilhão de manufaturados à classe estéril, viu realizados, com plenitude, os seus direitos⁶.

4. O *Tableau* constitui a primeira análise do equilíbrio global do sistema econômico; além disso, será, durante longo período de tempo, a única análise desse tipo, já que, para encontrarmos algo que se lhe possa comparar, será necessário ultrapassarmos mais de um século, até os “esquemas de produção” de Marx. Como representação do processo

6. Existem algumas particularidades nesse esquema que devem ser assinaladas: 1) não se procede a um cômputo do juro sobre o capital em exercício, o que é óbvio levando-se em conta que sobre o próprio capital fixo calcula-se um “juro” que na realidade não é um juro, mas sim uma cota de amortização e renovação e uma espécie de prêmio de seguro contra riscos; (2) da classe estéril, o valor da subsistência dos trabalhadores (improdutivos) não faz parte, como sucede na classe produtiva, do adiantamento anual do capital em exercício; constitui, isso sim, um gasto corrente que, por sua vez, não gera consequência alguma, já que não se verifica um cálculo de juro sobre o capital em exercício; (3) ainda dentro do âmbito da classe estéril, não se faz qualquer menção de inversões em capital fixo, resultando daí a inexistência de um gasto para renovação, como sucede na classe produtiva; se, por outro lado, aceita-se que o capital em exercício da classe estéril é constituído unicamente por matérias-primas e que os trabalhadores consomem apenas alimentos, depreende-se que tudo o que esta classe produz é vendido às demais, nada permanecendo em seu interior. Aos olhos de alguns fisiocratas (Baudeau), isso não pareceu refletir a realidade; esses fisiocratas admitiram a existência de uma circulação no interior da classe estéril, à semelhança do que sucede na classe produtiva;

econômico real, evidentemente o *Tableau* apresenta todos os limites próprios do conceito fisiocrático, limites — e é importante repeti-lo — que se afiguram gravíssimos se tal conceito for referido (como um procedimento da duvidosa legitimidade) a uma economia capitalista plenamente desenvolvida, mas que se mostram menos graves se levarmos em conta o tipo de pressupostos que decorrem da realidade econômica francesa pré-revolucionária. Já nos detivemos acerca desses limites ao expor as categorias econômicas fisiocráticas; será fácil, sem necessidade de mais palavras, voltar a encontrá-los no mecanismo descrito no *Tableau*. Vale a pena assinalar que, segundo as intenções de seu autor, o *Tableau* deveria servir não apenas para descrever as relações recíprocas e a interdependência geral entre todos os fenômenos econômicos, mas também para mostrar como, no âmbito dessa interdependência, constitui um fenômeno mais relevante que os demais, na medida em que dele depende a amplitude do ciclo descrito no esquema. Esse fenômeno é o valor do “produto líquido” tal como se encontra determinado pela fertilidade da terra e pela capacidade que os homens possuem de explorá-la livre e plenamente como a forma mais avançada de gestão do processo produtivo na agricultura, como é a gestão capitalista. Como efetivamente demonstra o *Tableau*, a totalidade do processo de circulação da riqueza entre as classes, posto em movimento pelo pagamento da renda à classe proprietária, e a amplitude das trocas que se realizam entre as classes, dependem da quantia da própria renda.

va; (4) a economia considerada no *Tableau* é uma economia fechada, na medida em que não enseja relações de troca com outras economias. Conforme reconhece Quesnay, já que “se pode comprar ao exterior exatamente o mesmo que ao exterior se vendeu” o conjunto de gastos deve ser sempre avaliado em face da produção interna e, para tanto, considerações acerca do comércio exterior não alterariam o mecanismo do *Tableau*. Segundo alguns intérpretes, pode-se acrescentar que, se se admitem trocas com o exterior, pode-se tornar mais evidente a forma pela qual a classe estéril procure os bens manufaturados de que tenha necessidade, para o consumo de seus próprios membros ou para utilização na produção; com efeito, poder-se-ia admitir que uma parte dos alimentos adquiridos pela classe estéril à classe produtiva seja vendida ao exterior, permitindo a posterior importação de bens manufaturados.

Para os fisiocratas existem pelo menos duas razões pelas quais é desejável uma ampla formação da renda. Em primeiro lugar, através da manutenção de uma importante atividade manufatureira, uma renda ampla equivale à possibilidade de se elevar consideravelmente o consumo, ainda que apenas por parte de uma determinada parcela da sociedade, acima dos meros níveis de subsistência; a esse respeito, acha-se por certo presente, no pensamento fisiocrata, o antigo juízo positivo acerca da excelência do consumo senhorial. Em segundo lugar, uma renda ampla permite uma ampliação do processo econômico através da inversão, na própria terra, de parte da mesma renda (*avances foncières*). A possibilidade de se aumentar a produção agrícola por intermédio de um aumento do capital fundiário é considerada pelos fisiocratas em duas ocasiões. Em primeiro lugar, e acima de tudo, afirma-se, a propósito da parcela do juro sobre as *avances primitives* que se acha voltada para a constituição de um fundo contra os riscos, que a utilização do próprio fundo não deve ser necessariamente retardada até que se verifiquem as circunstâncias contra as quais foi constituído, mas, ao invés disso, pode ser utilizado, ano após ano, precisamente com o fito de ampliar e melhorar o capital fundiário disponível. Contudo, a maior fonte para esse tipo de inversão reside precisamente na utilização de uma parte da renda senhorial, o que pode ser levado a cabo através de uma redução do gasto (luxo) da classe estéril, cada vez que o território seja incompleta ou insuficientemente cultivado, ou falem (ou sejam insuficientes) determinadas instrumentalizações essenciais para o cultivo (edifícios, vias de comunicação, etc.)

5. Nesta última tese fisiocrática existe, sem dúvida alguma, uma primeira descrição do que mais tarde virá a constituir o problema central da economia clássica: o desenvolvimento através da acumulação, isto é, através da utilização do excedente para a formação do capital. Contudo, para que se possa entender adequadamente a posição e a mentalidade dos fisiocratas, será necessário acrescentar de imediato que o processo de desenvolvimento da produção agrícola (e, conseqüentemente, de todo o sistema), obtido

através da transformação da renda em capital, não constitui um processo indefinido para os fisiocratas na medida em que deve chegar o momento no qual (para utilizarmos a expressão de Quesnay) todo o território será "levado ao grau máximo de cultivo" e, por isso, o benefício obtido pelos proprietários não poderá aumentar mais⁷. Nesse ponto, o processo de acumulação estanca, e não faria sentido afastar uma parcela da renda de sua destinação para o consumo. A interpretação mais plausível do fato de que no *Tableau* de Quesnay as *avances foncières* acham-se ausentes pode ser encontrada no fato de que o próprio *Tableau* se referia, precisamente, a esse estágio, no qual todo o território foi submetido aos métodos mais eficientes de cultivo e, por essa razão, o excedente se encontra em seu valor máximo.

Essa extensão da gestão capitalista a todo o território — como meio para a adoção dos métodos produtivos mais avançados — não constitui para os fisiocratas a condição única que se requer para levar a economia ao grau máximo de produtividade. Existem, pelo menos, três outras condições a serem observadas a esse respeito.

Em primeiro lugar, torna-se necessária a inexistência de qualquer política que tenda a baixar o preço dos cereais e a obstaculizar o processo produtivo na agricultura e, a partir daí, a própria formação do "produto líquido". A esse propósito, os fisiocratas referem-se essencialmente à necessidade de se abolir as restrições (então preponderantes na política econômica francesa) à exportação de cereais, restrições que, levada em consideração a capacidade produtiva do país, tinham como efeito a baixa do preço no mercado interno.

Em segundo lugar, torna-se necessário que os preços dos manufaturados sejam estabelecidos ao nível mais baixo, de forma compatível com os custos de produção, de sorte que, a partir desse ponto de vista, seja maximizado o valor real da renda. Para esse fim, torna-se necessário evitar toda

7. *Analyse de la formule arithmétique du tableau économique* (1766), François Quesnay, *op. cit.*, vol. 2, pp. 803-804.

postura monopolística na atividade manufatureira, suprimindo-se especialmente as barreiras (na época numerosas) que, impedindo a livre circulação das mercadorias no território nacional e fracionando o mercado nacional em um conjunto de mercados locais, obstaculizavam o pleno desenvolvimento da livre concorrência. Essa formulação, lado a lado com a precedente (relativa ao comércio exterior de cereais), configura a orientação do liberalismo que, resumida na fórmula *laissez faire, laissez passer*, constitui uma das características mais relevantes do pensamento fisiocrático.

Por fim, torna-se necessário estabelecer um tipo de imposição fiscal que não incida sobre a produção e, em particular, não impeça a reintegração do capital circulante e a renovação do capital fixo que se fazem necessários para a manutenção de um certo nível de produtividade. Decorre daí a tese fisiocrática de um *impot unique* sobre a renda que talvez se constitua na reforma mais radical de seu programa, na medida em que se manifesta diametralmente oposta à permanência do tradicional direito feudal de isenção fiscal de que se beneficiava a classe proprietária.

6. A situação descrita pelo *Tableau* é a que corresponderia à efetivação de todas as reformas propostas pela fisiocracia. Ou seja, em síntese: uma extensão do cultivo capitalista a todo o solo cultivável; a adoção, tornada possível precisamente pela estrutura capitalista, dos meios mais desenvolvidos de cultivo e a constituição, para tal fim, de todos os capitais fundiários necessários; a abolição de todas as restrições à exportação de cereais, de molde a se assegurar um *bon prix*; a eliminação de tudo o que se oponha a um funcionamento concorrencial do mercado de bens manufaturados; e a instituição de um imposto único sobre a renda, em substituição a todas as formas de imposto que obstaculizam o desenvolvimento do processo produtivo, reduzindo sua eficácia ou ampliando seus custos.

Nesse sentido, o *Tableau* e a descrição da *ordre naturel*, situação ótima na medida em que maximiza a magnitude do "produto líquido", e por isso mesmo a amplitude do processo econômico global; e que, como tal, proporciona o paradigma a partir do qual será avaliada cada situação real.

A esse respeito, é oportuno repetir que o caráter "natural" dessa ordem deriva do fato de que sua instauração deveria ocorrer automaticamente, em razão das mesmas forças sociais em jogo, uma vez que falsas regras de governo não impediriam que tais forças explicassem sua própria natureza. Será igualmente interessante assinalar, como crítica, que essa tese fisiocrática, embora apresente validade óbvia em relação à obtenção de um *bon prix* para o cereal e de preços competitivos para os manufaturados, e embora se mostrasse pelo menos plausível no que dizia respeito à obtenção de elevado grau de produtividade sob o estímulo da gestão capitalista, não se apresentava como evidente no tocante à sua extensão a todo o território da gestão capitalista uma vez que, na França de então, afigurava-se como bastante duvidoso que essa extensão pudesse ocorrer com base em um processo espontâneo.

O fato de que a evolução pós-revolucionária haja favorecido especialmente a difusão da propriedade camponesa demonstra as dificuldades com as quais ter-se-ia que defrontar a linha proposta pela fisiocracia.

7. No interior dessa construção fisiocrática podemos anotar diversas contradições e dificuldades, um conjunto de problemas não resolvidos deixados como herança para a reflexão científica posterior.

Em primeiro lugar, vimos que não existe na fisiocracia qualquer teoria específica do valor, e que, em consequência, o esquema contido no *Tableau* foi elaborado aceitando-se empiricamente os preços que, de fato, eram praticados no mercado. Em particular, a determinação da magnitude do excedente toma por base esses preços que, aceitos como dados, permitem a confrontação entre o conjunto de bens que constitui o produto agrícola e o conjunto de bens que constitui o custo incidente, ao longo de cada ano, sobre a própria produção. Resulta claro que, por um lado, essa aceitação dos preços como um dado implica na renúncia a se explicar teoricamente a formação do "produto líquido"; porém, por outra parte, é também evidente que, na interpretação da economia real, os fisiocratas estavam compelidos a ater-se a essa postura, pela impossibilidade de chegar ao cálculo do "produ-

to líquido" em termos puramente físicos: antes de mais nada, como já observamos, não se pode, via de regra, supor que os mesmos bens façam parte do produto nas mesmas proporções em que fazem parte do conjunto dos fatores. Isso torna indispensável o recurso aos valores, ainda que a agricultura constituísse um mundo fechado; porém, por outro lado — como evidencia o próprio *Tableau* —, verifica-se a circunstância de que nem todos os bens de consumo daqueles que trabalham na agricultura são produzidos pela própria agricultura, de onde surge a necessidade de se levar em conta, para a determinação do excedente, as proporções de troca que ocorrem entre a agricultura e as atividades manufatureiras. Entretanto, se também na agricultura a determinação do excedente exige que se recorra aos valores, a agricultura chega a perder a posição privilegiada que lhe corresponderia se a produção agrícola fosse de tal natureza que ensejasse a determinação do excedente em termos meramente físicos.

Tal fato põe já em dúvida a validade de se limitar exclusivamente à agricultura a busca da existência do "produto líquido". Mas, na mesma direção, deparamo-nos com outra importantíssima razão. Já vimos que, no sistema fisiocrático, admite-se que o valor do "produto líquido" depende do que hoje chamaríamos de intensidade do capital em relação à terra. Nesse caso, contudo, já que não é possível atribuir-se unicamente à terra, às suas propriedades inatas e naturais, o poder de gerar um "produto líquido", perde sentido a principal razão para se limitar unicamente à agricultura o fenômeno do excedente.

Por fim, uma vez que se ponha em relevo, em um certo setor, a existência de uma estrutura capitalista (e se faça desejada a sua difusão), a determinação do "produto líquido" global na renda da terra torna-se dificilmente defensável. Uma das teses fisiocráticas é a de que a garantia de um *bon prix* para o cereal é essencial para que se estabeleça para os empresários agrícolas a conveniência de levar a cabo sua atividade exatamente nesse campo da agricultura; é claro que essa conveniência pode ser mensurada relacionando-se a renda auferida por tais empresários em relação a seu capital e não a seu trabalho; mas essa renda não pode ser assimilada ao salário, adquirindo então grande importância a indagação de se ela vem (ou não) a fazer parte do excedente.

A linha que será seguida adiante pelo pensamento econômico consistirá, precisamente, na busca de uma teoria do valor que permita a determinação quantitativa e a generalização do fenômeno do excedente a cada tipo de atividade, com a conseqüente reformulação do conceito de "produtividade" e que permita igualmente compreender, dentro da categoria do excedente, a renda típica da economia capitalista: o lucro.